



Universidade de Brasília (UnB)

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão Pública (FACE)

Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)

Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (PPGCont)

Especialização em Contabilidade e Finanças Públicas Municipais (CFPM)

Aluno: Joseane Oppelt

**A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO CONTROLE
ORÇAMENTÁRIO MUNICIPAL**

Brasília, DF
2024

Professora Doutora Márcia Abrahão Moura

Reitora da Universidade de Brasília

Professor Doutor Enrique Huelva Unternbäumen

Vice-Reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor Diêgo Madureira de Oliveira

Decano de Ensino de Graduação

Professor Doutor José Márcio Carvalho

Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas
Públicas

Professor Doutor Sérgio Ricardo Miranda Nazaré

Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuarias

Professor Doutor Abimael de Jesus Barros Costa

Coordenador do Curso de Especialização em Contabilidade e Finanças Públicas Municipais

J0SEANE OPPELT

A Importância da Participação Social no Controle Orçamentário Municipal

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Departamento de Ciências Contábeis e
Atuariais(CCA) da Faculdade de Economia,
Administração, Contabilidade e Gestão
Pública da Universidade de Brasília como
requisito à conclusão do curso de
Especialização.

Orientador:
Profa MSC. Luciana Xavier Magalhães

Brasília, DF
2024

OPPELT, JOSEANE

A Importância da Participação Social no Controle Orçamentário Municipal/JOSEANE OPPELT–Brasília, 2024.

Orientador(a): Profa MSC; Luciana Xavier Magalhães

Trabalho de Conclusão de curso (Monografia - Especialização) – Universidade de Brasília, 2024.

Bibliografia.

1. Orçamento público. 2. Participação Social. 3. Transparência. I. Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília. II. Título.

CDD – 351

JOSEANE OPPELT**A Importância da Participação Social no Controle Orçamentário Municipal**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA) da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão Pública da Universidade de Brasília como requisito à conclusão da Especialização em Contabilidade e Finanças Públicas Municipais, aprovado pela seguinte comissão examinadora:

Prof. MSC. Luciana Xavier Magalhães
Orientadora
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais
Universidade Brasília (UnB)

Prof. MSC Jeremias Pereira da Silva Arraes
Examinador
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais
Universidade de Brasília (UnB)

Brasília, 2024.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho só foi possível graças ao apoio e contribuição de diversas pessoas, às quais gostaria de expressar minha profunda gratidão.

Primeiramente, agradeço à minha orientadora, Luciana X. Magalhães, pela orientação paciente, pelos insights valiosos e pelo incentivo constante ao longo desta jornada. Seu comprometimento foi fundamental para a qualidade e conclusão deste trabalho.

À minha família, que sempre esteve ao meu lado, oferecendo suporte emocional, compreensão e encorajamento em todos os momentos. Vocês são minha base e inspiração.

Por fim, agradeço a todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho, direta ou indiretamente. Seu apoio foi essencial para alcançar este objetivo.

Muito obrigada!

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar as particularidades do processo orçamentário do município de Alto Boa Vista – MT, com foco na importância da participação social no desenvolvimento e execução do orçamento público municipal. O orçamento público é um instrumento essencial de planejamento e gestão financeira utilizado pelos órgãos governamentais para estimar e alocar recursos de maneira transparente e eficiente. O trabalho identificou que a falta de clareza sobre o conceito e função do orçamento público, aliada à deficiência nos mecanismos de controle e à baixa participação da população, resulta em uma gestão opaca e pouco responsável dos recursos públicos. A metodologia adotada foi qualitativa, utilizando estudo de caso, pesquisa bibliográfica e análise documental. Foram analisados documentos disponíveis no portal da transparência do município, como Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária, atas de audiências públicas e legislação relevante. Os resultados mostram que, embora o município cumpra a exigência legal de disponibilizar informações orçamentárias, a participação social nas audiências públicas é baixa, com predominância de servidores públicos e vereadores. Para promover uma gestão mais transparente, responsável e eficaz, com maior inclusão social, o estudo sugere o desenvolvimento de campanhas de conscientização, uso de diversos canais de comunicação, capacitação dos cidadãos, e maior integração e colaboração entre os conselhos municipais e órgãos responsáveis pelo orçamento. Conclui-se que a participação social efetiva é essencial para fortalecer a democracia, promover a transparência e accountability, resolver problemas locais, conceder o poder do conhecimento e participação aos cidadãos e promover o desenvolvimento sustentável e o bem-estar comunitário.

Palavras-chave: Orçamento público; Participação social; Transparência; Accountability.

ABSTRACT

This study aims to analyze the particularities of the budgeting process in the municipality of Alto Boa Vista – MT, focusing on the importance of social participation in the development and execution of the municipal public budget. The public budget is an essential tool for planning and financial management used by government bodies to estimate and allocate resources transparently and efficiently. The study identified that the lack of clarity about the concept and function of the public budget, combined with deficiencies in control mechanisms and low public participation, results in opaque and poorly accountable management of public resources. The methodology adopted was qualitative, using a case study, bibliographic research, and document analysis. Documents available on the municipality's transparency portal were analyzed, such as Summary Reports of Budget Execution, minutes of public hearings, and relevant legislation. The results show that, although the municipality meets the legal requirement to provide budget information, social participation in public hearings is low, predominantly attended by public servants and councilors. To promote more transparent, accountable, and effective management with greater social inclusion, the study suggests the development of awareness campaigns, the use of various communication channels, citizen training, and greater integration and collaboration between municipal councils and budgetary bodies. It concludes that effective social participation is essential to strengthen democracy, promote transparency and accountability, solve local problems, empower citizens, and promote sustainable development and community well-being.

Keywords: Public Budget; Social Participation; Transparency; Accountability.

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES**GRÁFICOS**

Gráfico 1 – Média de participação em audiências públicas RGF (2018 – 2023).....	17
Gráfico 2 – Média de participação em audiência pública PPA, LDO e LOA (2018-2023)....	18

TABELAS

Tabela 1	18
----------------	----

QUADROS

Quadro 1 - Desafios para a Participação Social no Processo Orçamentário	19
---	----

SUMÁRIO

RESUMO	7
ABSTRACT	8
SUMÁRIO	10
1. INTRODUÇÃO	11
2. REVISÃO DE LITERATURA	12
2.1 CONCEITOS E FUNÇÕES DO ORÇAMENTO PÚBLICO	12
2.2 PARTICULARIDADES DA PARTICIPAÇÃO POPULAR EM ALTO BOA VISTA - MT.....	13
2.3 PROMOÇÃO, INCLUSÃO E ACCOUNTABILITY NO ORÇAMENTO MUNICIPAL	14
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	16
4. ANÁLISE DE DADOS	17
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	21
REFERÊNCIAS	23

1. INTRODUÇÃO

A administração pública do município de Alto Boa Vista, localizado no estado de Mato Grosso, enfrenta desafios típicos de cidades pequenas, especialmente no que diz respeito à transparência e à participação popular. Com uma economia predominantemente agrícola e pecuária, e uma população de 5.715 habitantes (Censo 2022), com um orçamento para o exercício de 2024 de R\$ 45.472.617,00, a gestão eficaz e transparente dos recursos públicos é essencial para o desenvolvimento sustentável da região.

A falta de clareza sobre o conceito e a função do orçamento público, aliada à deficiência nos mecanismos de controle orçamentário, resulta em uma gestão opaca e pouco responsável dos recursos públicos. A ausência significativa de engajamento da população no processo orçamentário municipal agrava ainda mais essa situação, limitando a representatividade das políticas e comprometendo a eficácia das ações governamentais. Diante desses desafios, é essencial compreender as particularidades do contexto local e identificar estratégias para promover uma gestão mais transparente, responsável e eficaz, com a participação ativa da comunidade.

Nesse sentido, como as limitações na participação social afetam o processo orçamentário em Alto Boa Vista – MT? Este estudo tem como objetivo analisar as particularidades do processo orçamentário do município, destacando a importância da participação social na elaboração e execução do orçamento público. A pesquisa busca definir o conceito de orçamento público e sua função, identificar as particularidades do processo orçamentário e indicar oportunidades de melhoria para promover maior inclusão e accountability no processo orçamentário municipal.

A escolha dessa temática se justifica pelo interesse em compreender os benefícios que a participação social e o controle orçamentário podem proporcionar à administração municipal, garantindo uma gestão fiscal planejada e transparente. A pesquisa é conduzida por meio de pesquisa bibliográfica e análise documental, explorando como a participação e o controle social influenciam o planejamento público e contribuem para a construção da democracia.

Este estudo será conduzido por meio de pesquisa bibliográfica, análise documental. Será realizada uma revisão da literatura para compreender os conceitos fundamentais de orçamento público, controle orçamentário e participação social. Em seguida, será demonstrado de que maneira a participação e controle social influenciam no planejamento público, contribuindo para a construção da democracia.

REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Conceitos e funções do orçamento público

O orçamento público é um instrumento de gestão financeira e planejamento utilizado pelos órgãos governamentais para estimar e alocar recursos financeiros de forma sistemática e transparente. Este processo envolve a previsão das receitas a serem arrecadadas pelo governo, bem como a definição das despesas a serem realizadas em diferentes áreas e programas de políticas públicas, com o propósito de atender às necessidades da sociedade e promover o bem-estar coletivo. Além disso, o orçamento público deve ser elaborado de maneira transparente e estar sujeito a escrutínio público, garantindo a prestação de contas e a eficiência na utilização dos recursos públicos.

De acordo com o Manual Aplicado ao Setor Público, 10ª Edição, a Constituição brasileira exige a elaboração do orçamento anual, sua aprovação pelo Poder Legislativo e sua disponibilização à sociedade, a qual fiscaliza a gestão das entidades públicas diretamente, respaldada pela Constituição, ou indiretamente, por meio de representantes.

Dentre as funções do orçamento destaca-se a função alocativa que determina como os recursos financeiros serão distribuídos entre diferentes áreas e programas. Isso envolve tomar decisões sobre onde investir os recursos disponíveis, priorizando setores como saúde, educação, infraestrutura, segurança pública e outros que sejam considerados importantes para o desenvolvimento e bem-estar da sociedade. A alocação de recursos reflete as escolhas políticas do governo e suas prioridades em termos de gastos públicos, “(...) o processo pelo qual o governo divide os recursos para utilização no setor público e privado, oferecendo bens públicos, semipúblicos ou meritórios, como rodovias, segurança, educação, saúde, dentre outros, aos cidadãos” (Crepaldi, 2013, p.4).

A função distributiva do orçamento público busca reduzir as desigualdades socioeconômicas por meio de políticas que promovam a equidade na distribuição de recursos e oportunidades. Isso envolve a tributação progressiva, programas sociais direcionados, investimentos em regiões menos desenvolvidas e em educação, além do monitoramento constante para garantir que essas políticas sejam eficazes na redução das disparidades.

À distribuição, por parte do governo, de rendas e riquezas, buscando assegurar uma adequação aquilo que a sociedade considera justo, tal como a destinação de parte dos recursos provenientes de tributação ao serviço público de saúde, serviço – em essência – mais utilizado por indivíduos de menor renda (Crepaldi, 2013, p.5).

A função estabilizadora do orçamento público visa manter a estabilidade econômica, controlando a inflação, estimulando o crescimento e mitigando crises. Isso é feito por meio de políticas fiscais, como ajustes nos gastos e impostos, adaptadas conforme as condições

econômicas, com o objetivo de garantir um ambiente econômico equilibrado e sustentável. “(...)a aplicação, pelo governo, das diversas políticas econômicas a fim de promover o emprego, o desenvolvimento e a estabilidade, diante da incapacidade do mercado em assegurar o alcance desses objetivos” (Crepaldi, 2013, p.6).

Desempenhando assim um papel central na alocação de recursos, controle financeiro e planejamento de políticas públicas, ajudando a garantir que os recursos do governo sejam utilizados de forma eficiente, transparente e em benefício da sociedade como um todo.

O orçamento pode ser entendido como o instrumento fiscalizador da atividade financeira do Estado, com o escopo de coibir os abusos dos governantes. Com o intuito de assegurar o controle orçamentário, a Constituição Federal adota mecanismos de rigorosa fiscalização que, inclusive, extravasam o campo de atuação do princípio da legalidade para adentrar nos limites da legitimidade, da economicidade etc. Para tanto, há possibilidade de controle interno e externo (Crepaldi, 2013, p.138).

Por conseguinte, o orçamento público é muito mais do que um simples documento contábil. É um instrumento-chave de gestão pública que desempenha um papel central na definição de políticas, na alocação de recursos e no controle das finanças governamentais, com o objetivo de promover o bem-estar e o desenvolvimento da sociedade.

2.2 Particularidades da participação popular em Alto Boa Vista - MT

A participação social no nível municipal desempenha um papel crucial no fortalecimento da democracia local e na promoção do desenvolvimento sustentável. Traz uma série de benefícios significativos para a gestão pública, incluindo maior transparência, legitimidade e eficácia das políticas públicas.

Essa maior presença dos cidadãos na vida política recebe a denominação genérica de controle social. Decisões governamentais têm tamanha importância e significado, que não devem ficar restritas ao aparelho administrativo de Estado e aos órgãos de representação. As pessoas interessadas, individualmente ou em comunidades, precisam participar e, para tanto, necessitam utilizar espaços e canais de preferência institucionalizados (Giacomoni, 2023, p. 324).

Para uma integração efetiva da sociedade no processo decisório é fundamental que as práticas de participação não sejam meramente simbólicas, mas que promovam uma real influência das opiniões e necessidades da população sobre as decisões governamentais. Esse engajamento ativo é essencial para garantir que as políticas públicas não apenas atendam às demandas mais urgentes da comunidade, mas também refletem as diversas perspectivas e interesses da população local.

Ouve-se a sociedade para, então, definir as ações governamentais necessárias para resolver os problemas apontados pela população. Essa participação da sociedade ocorre por meio de audiências públicas, presença de líderes da sociedade civil, associações, conselhos ou outras formas de consulta popular (Gonçalves et. al. p. 25,

2020).

A nível municipal, a participação social no controle orçamentário pode ser promovida por meio de métodos e mecanismos que envolvem os cidadãos no processo de elaboração, execução e monitoramento do orçamento público, como:

Audiências Públicas: As audiências públicas são reuniões abertas ao público onde os governantes apresentam informações sobre o orçamento público e os cidadãos têm a oportunidade de expressar suas opiniões, fazer perguntas e propor sugestões. Essas audiências permitem que os cidadãos compreendam melhor as decisões orçamentárias e influenciem diretamente as prioridades de gastos do governo. “[...] a realização de audiências públicas é um importante canal por meio do qual a sociedade pode participar das discussões sobre as leis orçamentárias e veicular suas opiniões e demandas ao poder Executivo e ao poder legislativo” (Santos 2010, p.32).

Conselhos Municipais: Os conselhos municipais são órgãos colegiados compostos por representantes do governo e da sociedade civil que têm a função de deliberar sobre questões específicas relacionadas ao orçamento e outras políticas públicas. Os conselhos municipais oferecem um espaço institucionalizado para o diálogo e a participação dos cidadãos na tomada de decisões governamentais.

O controle social enquanto direito conquistado pela Constituição Federal de 1988, mais precisamente do princípio “participação popular”, pretende ampliar a democracia representativa para a democracia participativa, de base. Estão previstas duas instâncias de participação nas políticas sociais: os conselhos e as conferências (Bravo, 2008, p.3).

É essencial aos cidadãos oportunidades de influenciar diretamente nas decisões orçamentárias e nas políticas públicas. Esta transparência é fundamental para fortalecer a confiança dos cidadãos nas instituições públicas e para promover uma gestão eficiente e responsável dos recursos públicos.

2.3 Promoção, inclusão e accountability no orçamento municipal

O Accountability no orçamento público promove a responsabilidade e a prestação de contas por parte do governo perante os cidadãos e outras partes interessadas. Ao tornar as decisões orçamentárias transparentes e sujeitas a escrutínio público, ele ajuda a garantir a legitimidade do processo político, “o modelo atual de Estado Democrático de Direito e de accountability coloca o povo como mandatário ou principal direto ou indireto de todos os agentes estatais, logo de todos os poderes postos” Robl Filho (2013, p. 38).

A participação social é fundamental para fortalecer a democracia, promover a transparência e a accountability, resolver problemas locais, empoderar os cidadãos e

promover o desenvolvimento sustentável e o bem-estar comunitário. É essencial que os governos municipais criem espaços e mecanismos eficazes para envolver os cidadãos em processos de tomada de decisão e na implementação de políticas e projetos locais.

“A democracia, definida como participação direta dos cidadãos no governo, é vista como um governo ideal, porém difícil de ser concretizado. Nesse governo, são necessárias virtudes políticas, participação ativa dos cidadãos, existência de pequenas comunidades e inexistência de fortes desigualdades entre cidadãos” (Robl Filho, 2013, p.38).

Podem ser consideradas como ferramentas de accountability a nível municipal os seguintes dados e relatórios:

- Relatório Resumido de Execução Orçamentária é uma importante ferramenta de accountability no contexto da administração pública brasileira, permite que a sociedade e os órgãos de controle acompanhem a evolução das receitas, despesas, dívidas e cumprimento dos limites legais estabelecidos pela LRF. É um documento de periodicidade bimestral e sua publicação é obrigatória para todos os entes da Federação brasileira de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000.
- Audiências públicas para avaliação do Relatório de Gestão Fiscal onde são analisadas receitas, despesas, cumprimento de metas fiscais, limites legais (como despesas com pessoal e endividamento), serve para garantir transparência e accountability na administração pública, permitindo o acompanhamento e a avaliação das finanças governamentais por parte da sociedade e dos órgãos de controle. São obrigatórias e devem ser realizadas quadrimensalmente pela gestão municipal.
- Audiência pública para avaliação das peças de planejamento como o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), que têm como objetivo principal avaliar diversos aspectos relacionados à gestão pública e ao planejamento governamental. São obrigatórias e devem ser realizadas conforme determina a Lei 4.320/1964 e especialmente a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000).

Essas práticas são essenciais para fortalecer a democracia e a confiança nas instituições públicas, pois proporcionam maior transparência sobre as ações do governo, permitem o monitoramento das finanças públicas pela sociedade civil e pelos órgãos de controle, e possibilitam a participação dos cidadãos no processo decisório, contribuindo para uma governança mais responsável e eficaz a nível municipal.

Somente dessa forma será possível garantir que o orçamento municipal reflita verdadeiramente as necessidades e aspirações da comunidade local. “Sem participação da

sociedade civil, que compreende que o povo é soberano e que a fiscalização dos agentes estatais é tema fundamental nas democracias constitucionais, a accountability e a democracia não se concretizam adequadamente” (Robl Filho, 2013, P. 184).

Para garantir uma participação social efetiva é essencial o esforço coordenado e multifacetado que envolva governos, organizações da sociedade civil, instituições acadêmicas e outros atores interessados.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Foi utilizada a abordagem qualitativa, uma vez que, procurou-se realizar uma análise das particularidades do processo orçamentário em Alto Boa Vista – MT, no período de 2018 a 2023. Godoy (1995, p. 62), por sua vez, ressalta que “os trabalhos qualitativos possuem um conjunto de características essenciais, onde o campo de pesquisa é o ambiente do sujeito e o pesquisador é o instrumento fundamental para a obtenção de dados a serem coletados da forma mais imparcial possível”. A abordagem qualitativa permitiu explorar as nuances e complexidades dos fenômenos sociais, como a participação social e a transparência, que não podem ser completamente capturados por métodos quantitativos.

Foi adotada a metodologia de estudo de caso, que segundo André (2005), o estudo de caso é uma estratégia de pesquisa que visa investigar um fenômeno dentro de seu contexto real, proporcionando uma compreensão detalhada e contextualizada. Esse método foi adequado para a análise das particularidades do processo orçamentário em Alto Boa Vista - MT, o que permitiu uma compreensão abrangente das práticas de participação social e transparência.

Para a coleta de dados, foram utilizados a pesquisa bibliográfica e a análise documental. A pesquisa bibliográfica envolveu a revisão da literatura acadêmica relacionada aos conceitos de orçamento público, participação social e accountability. Permitindo ao pesquisador conhecer o estado da arte sobre o tema de estudo, identificando as principais teorias e abordagens existentes (Gil, 2008); A análise documental foi realizada no portal da transparência, site do município e diário oficial eletrônico, com a análise das leis orçamentárias municipais, relatórios de gestão fiscal com respectivas atas de audiência pública e relatório resumido de execução orçamentária, embora essas fontes sejam tecnicamente acessíveis ao público, foi observado que o acesso a essas informações necessita de várias buscas para uma análise completa. A análise documental é uma técnica que

possibilita a obtenção de dados valiosos, permitindo a compreensão das práticas e efetividades da participação social no processo orçamentário (Cellard, 2008).

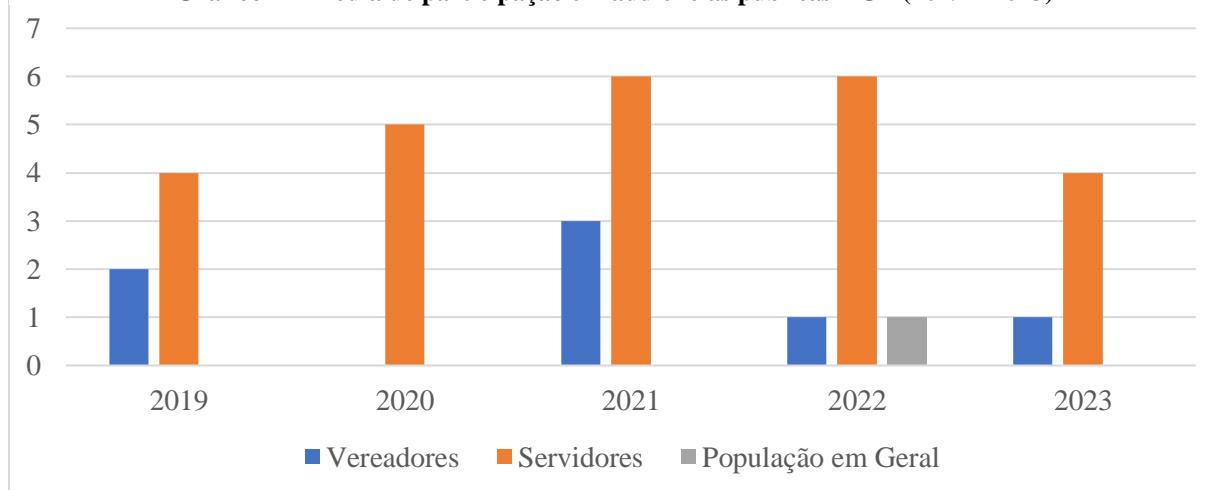
Foi utilizada a técnica de análise de conteúdo. A técnica permitiu identificar padrões e categorias emergentes dos dados qualitativos, facilitando a compreensão das práticas de participação social e transparência em Alto Boa Vista – MT.

3. ANÁLISE DE DADOS

Para entender as particularidades de Alto Boa Vista - MT, foi realizada a análise detalhada dos últimos cinco anos, dos documentos listados, os quais estão disponíveis no site da prefeitura municipal, portal da transparência e diário oficial eletrônico dos municípios:

- No município de Alto Boa Vista, o Relatório Resumido de Execução Orçamentária está acessível à população bimestralmente, conforme preconiza a lei. Isso possibilita a população avaliar a transparência nas decisões, bem como identificar as prioridades, cumprimento de metas e limites, além do acompanhamento de despesas, receitas e demandas por transparência.
- As atas de audiências públicas para avaliação do RGF estão disponíveis de forma limitada e/ou incompletas. Foram examinadas as atas a partir do ano de 2019 até o ano de 2023. O gráfico abaixo demonstra a média de participação.

Gráfico 1 – Média de participação em audiências públicas RGF (2019 – 2023)



Fonte: Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista¹¹

O gráfico demonstra uma predominância de servidores públicos nas audiências ao longo dos anos, com participação variável de vereadores e uma presença mínima da

¹¹ Disponível em: <https://altoboavista.mt.gov.br/sic-audi%C3%A3ncia-p%C3%BAblica-2>. Acesso 04 jun. 2024.

população em geral, o que sugere a necessidade de medidas para aumentar a participação popular.

Robl Filho (2013) enfatiza que essa participação ativa da sociedade civil, que reconhece a soberania do povo e a importância da fiscalização dos agentes estatais, é essencial para a concretização adequada da accountability e da democracia. Sem essa participação, tanto a accountability quanto a democracia não se realizam plenamente.

Com relação a publicações de editais de convocação para participação dessas audiências do RGF, foram obtidos os seguintes dados:

Tabela 1
DISPONIBILIDADE DE EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIAS POR QUADRIMESTRE

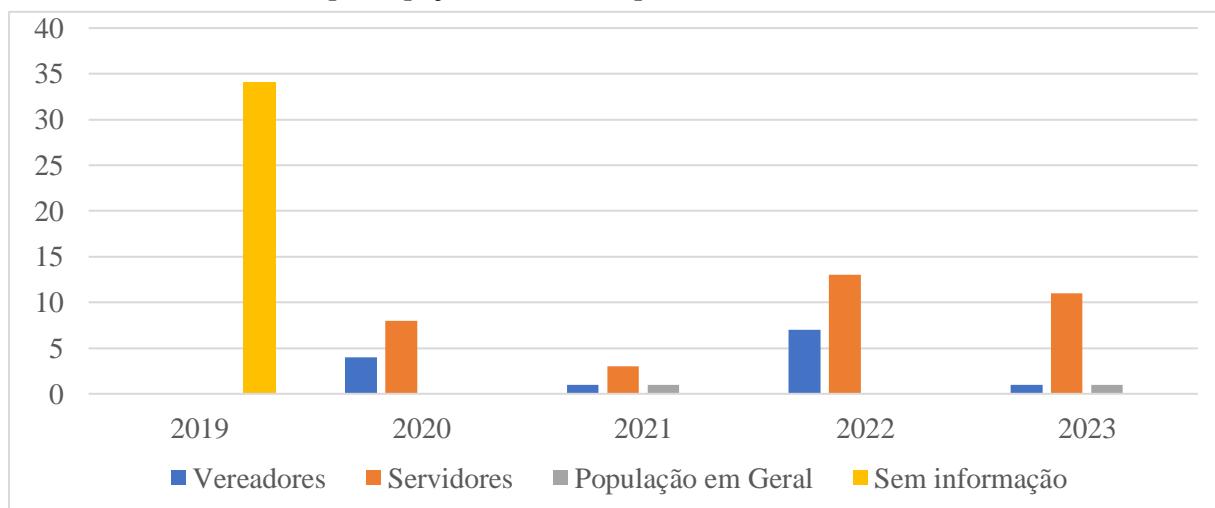
ANO	1º quadrimestre	2º quadrimestre	3º quadrimestre
2019	Sim	Sim	Não
2020	Sim	Sim	Sim
2021	Não	Sim	Não
2022	Sim	Sim	Não
2023	Sim	Sim	Não

Nota: **Sim**: Edital de convocação de audiência foi encontrado. **Não**: Edital de convocação de audiência não foi encontrado.

Todos esses editais de convocação convidam a população em geral para participar das audiências no plenário da Câmara Municipal às 19:00. Os dados mostram que as publicações não são efetivas. É essencial que os editais sejam publicados de forma consistente e em todos os quadrimestres para garantir a transparência e promover a participação cidadã nas discussões sobre o Relatório de Gestão Fiscal (RGF).

- Nas atas de audiências públicas das peças de planejamento Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, pode-se ver a seguinte média de participação:

Gráfico 2 – Média de participação em audiência pública PPA, LDO e LOA (2019-2023)



Fonte: Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista²

No gráfico, percebe-se uma participação considerável em 2019; porém, devido à falta de dados, não foi possível tipificar a quais seguimentos pertencem. No geral, é possível notar, como no gráfico anterior, a baixíssima participação.

Já com relação a publicações de editais de convocação para participação nessas audiências, todos os editais de convocação estão disponíveis.

A citação de Santos (2010) salienta que as audiências públicas são um canal crucial para a participação da sociedade nas discussões sobre leis orçamentárias, permitindo que a população expresse suas opiniões e demandas tanto ao poder Executivo quanto ao poder Legislativo.

Apesar da importância dos conselhos no processo de transparência e participação cidadã, a indisponibilidade de documentos não permite uma avaliação desse segmento.

Dentre as possíveis causas para a baixa participação nas audiências públicas no município pode-se listar:

Quadro 1: Desafios para a Participação Social no Processo Orçamentário

Desafios	Descrição
Canais de Comunicação Limitados	As informações sobre o processo orçamentário podem estar sendo divulgadas apenas através de canais de comunicação limitados, como sites governamentais ou publicações oficiais. Isso exclui aqueles que não têm acesso à internet ou não têm o hábito de acessar esses canais específicos.
Falta de Informação e Conscientização	Muitos cidadãos podem não estar cientes dos processos de participação social disponíveis ou não compreender completamente seu papel e importância na governança democrática.
Descrença política	A descrença na eficácia da participação política pode ser exacerbada por experiências passadas de falta de resposta às demandas populares e pela percepção de que os processos participativos são meramente formais, sem impacto real nas decisões governamentais.
Dificuldades de	Em decorrência a relevante população rural (34%) e (18,53%) indígena,

² Disponível em: <https://altoboavista.mt.gov.br/sic-audi%C3%A3ncia-p%C3%BAblica-2>. Acesso 04 jun. 2024.

acesso	pode-se ter dificuldades em participar ativamente da vida política em razão a barreiras como acesso limitado a espaços e canais institucionalizados, falta de infraestrutura de comunicação e transporte.
Diversidade cultural	Diante das diferentes culturas no município, pode haver um déficit de inclusão cultural e linguístico nos processos políticos.

A citação de Giacomoni (2023) destaca a importância crucial do controle social e da participação ativa dos cidadãos na vida política. Segundo o autor, é essencial que indivíduos e comunidades interessadas estejam engajados, utilizando espaços e canais institucionalizados sempre que possível. Essa participação não só amplia a representatividade das políticas, mas também fortalece a eficácia das ações governamentais, promovendo uma governança mais inclusiva e responsável às necessidades da população.

De acordo com os dados analisados é essencial que o município cumpra com a exigência legal de disponibilizar os Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (RREO) bimestralmente, tente aumentar a participação social nas audiências públicas para avaliação do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e das peças de planejamento (PPA, LDO, LOA). Fortaleça a diversidade cultural existente no município para promover uma participação social mais ativa da sociedade. Consolidar a parceria com os Conselhos Municipais, para promover uma governança participativa e inclusiva.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação social efetiva em Alto Boa Vista - MT é fundamental para garantir transparência, legitimidade e eficácia nas políticas públicas. Através das análises realizadas, ficou claro que, apesar das peculiaridades do município, existem caminhos viáveis para fortalecer o controle social e o engajamento cívico no município. Para promover uma participação social efetiva, é essencial enfrentar os desafios analisados. Perante o estudo realizado, podem ser elencadas algumas sugestões de melhoria para a promoção de uma maior inclusão e accountability no processo orçamentário municipal:

- Desenvolver campanhas de conscientização pública para informar os cidadãos sobre os processos de participação social disponíveis, seus direitos e a importância do engajamento cívico;
- Utilizar diversos canais de comunicação, como mídias sociais, rádio e panfletos informativos, e flexibilizar os horários das audiências públicas para alcançar diferentes segmentos da população;
- Destinar recursos financeiros e técnicos para apoiar iniciativas de participação social;
- Oferecer programas de capacitação e treinamento para capacitar os cidadãos a participarem ativamente dos processos de tomada de decisão. Um exemplo é o Projeto Orçamento Fácil do Senado Federal, uma ferramenta que pode apoiar professores e alunos na compreensão da estrutura orçamentária do país e de conceitos de contabilidade pública, de forma simples e lúdica. Segundo Orlando Cavalcante, consultor do Orçamento do Senado, "o despertar dessa consciência sobre a importância de a sociedade participar dos orçamentos públicos deveria começar nas escolas".
- Fortalecer a diversidade cultural para promover uma cultura política que valorize o engajamento cívico ativo, incentivando a participação dos cidadãos em atividades cívicas e políticas desde cedo;
- Estabelecer parcerias com líderes comunitários, escolas e organizações religiosas para promover a participação cívica e o voluntariado;
- Buscar promover uma maior integração e colaboração entre os Conselhos Municipais, as conferências e os órgãos responsáveis pelo orçamento, garantindo canais efetivos de comunicação e mecanismos para a inclusão das propostas da sociedade civil no processo orçamentário. Isso pode envolver a criação de espaços de diálogo e negociação, a implementação de dispositivos legais que garantam a participação

- popular no orçamento e o fortalecimento da transparência e accountability no processo decisório;
- Buscar aperfeiçoar o processo de publicação de atas de audiência pública do RGF, peças de planejamento e convocações, cumprindo assim com a exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000.
- Implementando as sugestões sugeridas, é possível criar um ambiente onde os cidadãos estejam mais informados, capacitados e motivados a participar ativamente na vida política, contribuindo para um desenvolvimento local mais justo e sustentável.
- Na condução dessa pesquisa, foram enfrentados alguns desafios, principalmente devido à dificuldade de localizar referências bibliográficas atualizadas sobre a abstenção das pessoas na participação e controle social.
- O estudo alcançou seus objetivos ao identificar os principais desafios e propor sugestões de melhorias para a promoção da participação popular em Alto Boa Vista - MT. No entanto, para transformar de forma efetiva a realidade política e social do município e promover uma democracia mais participativa e inclusiva, é essencial dar continuidade a esses esforços. Sugere-se que futuros estudos se concentrem na análise dos impactos das soluções implementadas, na identificação de novos obstáculos e na avaliação da eficácia dos canais de participação estabelecidos. Além disso, pesquisas adicionais poderiam explorar a percepção da população sobre os processos participativos. Essas investigações proporcionarão uma compreensão mais profunda das dinâmicas locais e contribuirão para o desenvolvimento de estratégias ainda mais eficazes para engajar a comunidade no processo democrático.

REFERÊNCIAS

- André, M. E. D. A. (2005). **Estudo de Caso em Pesquisa e Avaliação Educacional**. Líber Livro.
- BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 11 jun. 2024.
- BRASIL. Lei Complementar nº 178, de 13 de janeiro de 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp178.htm. Acesso em: 03 mai. 2024.
- Cellard, A. A análise documental. In: Poupart, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Vozes, 2008.
- CREPALDI, Guilherme S.; CREPALDI, Sílvio A. **Orçamento público: planejamento, elaboração e controle - 1ª edição**. São Paulo: SRV Editora LTDA, 2013. E-book. ISBN 9788502201927. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502201927/>. Acesso em: 23 jul. 2024
- FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo** 3. ed. Brasília: Líber Livro, 2008.
- FILHO, Ilton Norberto R. Conselho Nacional de Justiça: **Estado democrático de direito e accountability**. 1ª ed. [S.l.]: SRV Editora LTDA, 2013. E-book. ISBN 9788502182776. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502182776/>. Acesso em: 05 jun. 2024.
- GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. 17ª ed. São Paulo: Atlas, 2023.
- Gil, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. Atlas, 2008.
- GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/20594>. Acesso em: 24. jun. 2024.
- GONÇALVES, Guilherme C. et al. **Planejamento e Orçamento Público**. 1ª ed. [S.l.]: Grupo A, 2020. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582602185/>. Acesso em: 11 jun. 2024.
- MANUAL de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Disponível em: https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:48458. Acesso em: 19 abr. 2024.
- Minayo, M. C. S. (2004). Pesquisa social: Teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. Disponível em: [https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/orcamento#:~:text=O%20or%C3%A7amento%20p%C3%BAblico%20%C3%A9%20o,ser%C3%A3o%20utilizados\)%20a%20cada%20ano](https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/orcamento#:~:text=O%20or%C3%A7amento%20p%C3%BAblico%20%C3%A9%20o,ser%C3%A3o%20utilizados)%20a%20cada%20ano). Acesso em: 11 mai. 2024.

MUNICIPIO DE ALTO BOA VISTA. Disponível em:
<https://altoboavista.mt.gov.br/index.php> Acesso em: 04 mai. 2024

SANTOS, Vera Lúcia dos. **Participação Social e Controle Orçamentário**. In: Gestão Pública: transparência e controle social. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2010. p. 32-33. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/8803>. Acesso em: 05 jun. 2024.